

**Os manuais didáticos do Ginásio da Bahia: representação e homogeneização dos negros nos anos iniciais da República.**

Cristina Ferreira de Assis

Mestranda em História- Universidade Estadual de Santa Cruz –UESC

[cristinaferreiraassis@yahoo.com.br](mailto:cristinaferreiraassis@yahoo.com.br)

**Resumo**

O presente trabalho visa discutir e apresentar os resultados iniciais de uma investigação acerca da representação dos negros nos primeiros manuais didáticos de História do Brasil na Primeira República. Optou-se então pelo recorte entre 1914 e 1925 em virtude do contexto pós-abolicionista e de introdução das ideias republicanas presentes nas primeiras obras didáticas do período. A opção pelos manuais se alicerça na observação de que as obras didáticas foram importantes meios de divulgação de valores, assim como não estavam isentas de concepções do período no qual foram elaboradas. Alguns dos resultados da pesquisa revelam um período onde a classe intelectual dominante, especialmente a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, queria extirpar do Brasil toda a lembrança da África que respectivamente se remetia ao período escravocrata. Além disso, os princípios da eugenia estão presentes na construção de um ideal de povo na recente nação em construção. No contexto baiano, a sociedade majoritariamente negra, surge como um paradoxo nesta análise.

**Palavras-chave:** manuais de História do Brasil, negros, nação

**Introdução**

A presente proposta tem como objetivo central apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa que vem investigando a representação dos negros nos manuais didáticos e escolares<sup>1</sup> no período entre 1914 e 1925, utilizados no Colégio Pedro II. Para isso, foram selecionadas as duas primeiras obras do período republicano brasileiro, de reconhecida relevância, no intuito de compreender produção dessas obras e a representação dos negros, assim como de sua história nos manuais de História do Brasil no cenário de construção nacional. É sabido que ambos os manuais foram amplamente difundidos e reeditados em todo o país, até a década de 1960 aproximadamente, uma vez que o Colégio Pedro II era um modelo de educação pública a ser seguido em todo o país. Por isso, esta proposta também versará sobre algumas implicações acerca da adoção desses manuais no Ginásio da Bahia<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> A partir do contato com o Laboratório de Ensino e Material Didático do Departamento de História da USP-LEMAD foi possível identificar um acervo didático em formato digitalizado onde as obras estão contempladas.

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que a pesquisa encontra-se em andamento. Por isso, a abordagem acerca do Ginásio da Bahia restringe-se a uma revisão de literatura baseando-se na tese de PINA, Maria Cristina Dantas. **A escravidão no**

O recorte temporal foi estabelecido privilegiando a produção dos primeiros manuais didáticos sobre a História do Brasil no contexto pós-abolicionista. Já a conjuntura histórica na qual os manuais estão inseridos, remete-se ao período inicial da república em que a escrita da História do Brasil era construída sob a perspectiva de uma unidade identitária homogênea, branca e influenciada pela cultura europeia (SCHWARCZ, 1993) e da perspectiva da eugenia (GILROY, 2001). Os manuais didáticos são abordados enquanto fontes importantes de difusão dos ideais<sup>3</sup> da época por meio do ensino de história e das instituições educacionais. Contudo, há que se pensar no projeto de nação entre os intelectuais do período, assim como na recepção desses manuais pelo público de uma das maiores instituições públicas do país, o Colégio Pedro II, antigo Ginásio Nacional. Por outro lado, é intrigante analisar essa repercussão no contexto baiano, já que as contradições e ideologias daquela sociedade, por sua vez, estão inseridas em contradições no próprio espaço e em relação ao lugar ocupado no Brasil.

Em contraposição às influências da perspectiva da História Social a partir dos anos 1970 e da predominância de uma História Política - priorizando-se a escrita da História de cima para baixo - até então, o que se verifica nos livros didáticos de forma geral, é uma abordagem cronológica e linear das leis abolicionistas aprovadas nos debates parlamentares, em especial a Lei do Ventre Livre (nº 2.040/1871), Lei dos Sexagenários (nº 3.270/1885) e a Lei Áurea (nº 3.353/1888). Em síntese, a história dos negros no Brasil é narrada sob a ótica da escravidão. Fala-se pouco sobre os movimentos de luta na questão abolicionista, além de naturalizarem todo esse processo.

Atualmente, muito em virtude das abordagens da História Social, há uma preocupação recente em priorizar uma história dos negros enquanto protagonistas no processo abolicionista a partir da verificação de movimentos sociais ocorridos tanto no espaço urbano quanto em

---

**livro didático de história do Brasil: dois autores exemplares, 1890-1930.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

<sup>3</sup> Baseando-se em Alain Choppin (2004), consideramos os livros didáticos documentos históricos enquanto parte dos conteúdos e das sociedades específicas de seu tempo a serem utilizados por novas gerações. O historiador remete-se a três funções essenciais dessas obras: sua função referencial, instrumental e documental. A primeira representa o suporte dos currículos enquanto a segunda se equivale aos métodos de aprendizagem sistematizados e, por fim, a última diz respeito aos documentos oficiais e iconográficos que buscam o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Ver mais em: CHOPPIN, A. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** Educação e Pesquisa, São Paulo. 2004, pp. 549-566.

rural, além dos atos de rebeldia registrados que se tornaram caso de polícia nos anos finais do Segundo Reinado. Como exemplo, está a pesquisa de Maria Helena Machado (que se opõem a antiga ideia de abolição produzida “pelas elites e para as elites” sem a participação de escravos, forros, homens livres e pobres (MACHADO, 1994, p. 227).

Há que se demarcar o que há por trás da construção do imaginário social brasileiro frente aos negros no contexto pós-abolicionista de forma que se possa compreender como essas representações foram elaboradas junto ao cenário republicano. Há que se entender ainda como estas representações fazem parte do inconsciente coletivo da sociedade atual e, sobretudo a dimensão que esse inconsciente possui sobre o surgimento de crenças e estereótipos. Conforme afirmou Choppin, a sociedade apresentada no livro didático assemelha-se mais a uma sociedade ideal para o autor do que ela realmente foi (CHOPPIN, 2004).

O espaço da educação formal, ou seja, a instituição escolar, é privilegiado na instauração de referências simbólicas para a construção, manutenção ou transformação do imaginário social de uma memória coletiva. Essas representações reforçaram uma imagem estereotipada de africanos assim como de seus descendentes, delimitando socialmente as expectativas e aspirações dos e sobre os afrobrasileiros; enfim, definem o “seu lugar” na “ordem social” brasileira. Para Ianni (2004) os meios de comunicação, o sistema de ensino e a cultura brasileira incorporaram a ideologia racista tanto nas suas concepções quanto em suas práticas.

Essa temática tem sido ancorada em um considerável número de pesquisas historiográficas sobre os livros didáticos de história.<sup>4</sup> Contudo, a questão abolicionista é abordada na maior parte das análises, assim como as mudanças de narrativas nos livros após a instituição da lei 10.639/2003 que exigiu o ensino de História da África nas instituições escolares e refletindo na consideração da diáspora africana além do surgimento da consciência negra. O que também não significa dizer que essas mudanças tiveram real efetividade acerca do pensamento brasileiro e sobre a participação ativa dos negros e afrobrasileiros na formação histórica do país. Constata-se o ineditismo desta proposta, uma vez que ela visa apresentar como se deu a representação dos negros no contexto de construção da nação na Primeira

---

<sup>4</sup> Para ver mais: PINA, Maria Cristina Dantas. **A escravidão no livro didático de história do Brasil: dois autores exemplares, 1890-1930**. 2009. 240. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

República e as contribuições que essas representações tiveram no cenário político. Sob a ótica da Historiografia recente assim como dos estudos pós-coloniais, esta pesquisa firma-se na perspectiva de como os negros foram colocados como passivos na história brasileira e como isso era reproduzido por meio do ensino de história da recente e moderna nação.

Em virtude disso, assim como das demais questões apresentadas no que tange a essa temática, a problemática motivadora da pesquisa resume-se em: como se deu a representação dos negros na escrita dos primeiros manuais didáticos da primeira república? Ao lado desta, outras questões impulsionaram a construção dessa proposta: como a história dos povos africanos e afro-brasileiros foi contada no ensino formal? Como os manuais escolares contribuíram no processo de difusão de uma história (ou não) de povos africanos, afro-brasileiros assim como de seus descendentes? Qual o papel desses manuais à luz do período em que foram escritos? Salienta-se, no entanto, que neste trabalho serão apresentadas algumas considerações iniciais evidenciadas até aqui.

Acredita-se que o discurso positivista de construção da nação a partir da República influenciou a escrita da História repercutindo-se nos manuais escolares que eram produzidos, reduzindo a História dos africanos e afro-brasileiros apenas ao contexto escravista. Demarca-se a representação do abolicionismo assim como o lugar do negro em um período circunstanciado pelos feitos de homens ilustrados assim como pela construção de um ideal nacionalista e republicano de um novo país moderno e em consonância com a democracia liberal burguesa.

Nota-se que os manuais escolares ao longo do século XX retratam a tendência em pensar a História a partir da sucessão de fatos cronológicos e lineares incluindo grandes personagens enquanto heróis e vilões que a fizeram. Assim, também é possível identificar uma linha explicativa contínua para o tema da Abolição da Escravidão, ocorrido no contexto urbano, retratado a partir da lógica das leis que foram gradualmente sendo instituídas e guiado por movimentos sem grande repercussão. Nessa perspectiva, o negro é um agente passivo da História, marginalizado e secundário, e é tratado como objeto ao ser manipulado, negociado e disputado pelos brancos. A exclusão confirmada e negligenciada pelos livros é posteriormente inserida na rasa concepção de “povo” sem que suas particularidades e pluralidades sejam contempladas.

Após um longo e contínuo histórico de lutas do movimento negro que se desdobrou na Lei 10639/2003, o ensino de História da África e afro-brasileira foi integrado, de forma

obrigatória, no currículo da educação básica. Assim, os atuais livros didáticos vêm se modificando e ultrapassando a questão escravista, embora não se possa reconstituir todo um passado omisso nos livros anteriores das antigas gerações.

Evidenciar que o ideal de nacionalismo foi inserido também pelo discurso histórico didático é necessário para entender qual o lugar do negro na história do Brasil veiculada ao livro didático de história. Ressaltar as heranças da Diáspora africana também é de fundamental importância para compreender a identidade do negro além da questão escravocrata já que a discussão em torno do negro, do mestiço e da nacionalidade brasileira esteve em debate no Brasil, por meio do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro – IHGB desde meados do século XIX até a década de 1930.

Assim, para corresponder aos objetivos desta investigação, foram selecionadas as obras que tiveram ampla aceitação e distribuição no cenário, ainda precário, educacional brasileiro passando por inúmeras impressões e edições. Foram analisados: *História do Brasil* de João Ribeiro (1914) e *História do Brasil* de Rocha Pombo (1925). Os manuais de História do Brasil, aqui tomados como objeto e fonte, foram analisados de forma qualitativa a partir das perspectivas da história cultural. Embora, ressalta-se que essa representação nos manuais não represente o lugar de fala dos negros, de fato. Na ligação entre o pós-colonial e a diáspora é que os grupos historicamente silenciados são recolocados questionando assim a ideia de homogeneidade.

### **Contexto histórico brasileiro: a formação da Nação**

Embora o processo abolicionista -1888 e a instituição da República - 1889 sejam eventos bastante próximos, a predominância de uma História Política na escrita da história contribuiu para a exclusão do negro enquanto agente social do contexto republicano. Além disso, o processo abolicionista retratado de forma gradual e do ponto de vista legal, negligencia o histórico de luta e o movimento negro nesse processo. Assim, a discussão bibliográfica presente nesta proposta privilegiará o contexto histórico do início da Primeira República e a relevância dos estudos sobre africanos mais recentes.

Em relação ao período analisado, ressalta-se a importância das últimas décadas do século XIX para a construção dos instrumentos político-institucionais da República e a instituição escolar enquanto um meio privilegiado para essa atuação. Os anos finais dos

oitocentos foram marcados pela disputa de ideais e interesses pautados pelo ideal de progresso e de ruptura com o antigo sistema colonial. Nesse momento, também é possível verificar uma intensa mudança na sociedade brasileira em virtude do aumento populacional, do crescimento urbano e da diversificação étnica entre brancos, negros, indígenas e imigrantes.

Enquanto isso, no cenário europeu, o avanço industrial era acompanhado de uma crise marcada pela superprodução e pela concorrência entre setores industriais que paradoxalmente repercutiu na redução da capacidade de consumo entre os trabalhadores e respectivamente dos seus salários. Hobsbawm (1992) chamou o período de “A Era dos Impérios” marcada pelas contradições do capitalismo europeu em virtude de um grande desenvolvimento econômico em contraposição ao crescente movimento de massas contrário ao avanço capitalista desmedido.

Já no Brasil, a transição entre Império para a República também se caracterizou por mudanças no cenário econômico em virtude do fim do trabalho escravo e introdução do trabalho livre, especialmente na economia cafeeira, assim como pelo sistema industrial em construção. No campo intelectual, o positivismo assim como o liberalismo estiveram entre alguns dos ideais de liberdade e democracia difundidos na propaganda republicana. No entanto, a mudança da mão de obra escrava para livre, após a abolição, não representou na prática e no imaginário social do período a inserção do negro enquanto cidadão.

Desta forma, a República se constituiu em um período de transformações e também continuidades, o que nos leva a lembrar a ideia de dois Brasis neste momento de nossa história. Esta divergência nos interessa na medida em que os espaços destinados ao negro nas cidades foram marginais, e na devida medida, houve o apagamento da existência deste sujeito na formação de nossa sociedade (SCHWARCZ, 2012; MATTOS, 2012).

A criação do discurso da identidade nacional foi tema de intelectuais de correntes teóricas diversas<sup>5</sup> como em Edward Said<sup>6</sup> e Stuart Hall. Segundo este, o processo de identificação, “através do qual projetamos em nossas identidades culturais” tornou-se tão provisório, variável e problemático que produz um sujeito sem identidade fixa, essencial ou

---

<sup>5</sup> Eric Hobsbawm e Benedict Anderson refletiram sobre o processo de construção dessa identidade. Ver mais em: Hobsbawm Eric. **Nação e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002; Benedict Anderson. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

<sup>6</sup> No trabalho de Edward Said sobre a relação entre cultura e política no mundo moderno podemos perceber como a produção literária pode estar a serviço de uma questão política mais ampla. Ver mais em: SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

permanente. Assim, no contexto desta investigação, o conceito de identidade norteará o trabalho e será entendido como,

[...] uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...] definida historicamente, e não biologicamente (HALL, 2004, p. 13).

Nesta concepção de identidade, o sujeito possui diferentes posições identitárias em diferentes momentos; identidades que não podem mais ser unificadas de forma homogênea, mas que, distintamente, são contraditórias, deslocando as identificações continuamente. As relações étnico-raciais brasileiras também serão fundamentais para o desenvolvimento de nossa pesquisa, uma vez que, para a compreensão dos efeitos das representações e do uso estereotipado de textos sobre a África, os africanos e os afro-brasileiros, faz-se necessário o entendimento da complexidade das relações entre os grupos étnicos que constituem a sociedade brasileira.

Por mais de trezentos anos, o Brasil manteve relações estreitas com a África, porém, após a abolição e a chegada da República, o que a classe intelectual dominante e política queriam era extirpar do Brasil toda a lembrança da África que respectivamente se remetia ao período escravocrata. Por meio de teorias como a da eugenia, pretendiam afirmar a consolidação do país como uma nação perante a Europa e América do Norte, enquanto nações civilizadas onde a raça branca era valorizada e considerada como superior.<sup>7</sup> A esse respeito Lília Moritz Schwarcz afirma que:

Apesar de interessante e particular, a constatação de que essa era uma “nação mestiça” gerava novos dilemas para os cientistas brasileiros. Apontava para a defasagem existente entre as teorias deterministas que chegavam de fora quando pensadas em função da “realidade mestiça de dentro”, ou, melhor dizendo, revela a rigidez da teoria quando o objeto em questão era o contexto local. Assim, se o conjunto dos modelos evolucionistas levava a crer que o progresso e a civilização eram inevitáveis, concluía também que a mistura de espécies heterogêneas era sempre um erro, que gerava não só a degeneração do indivíduo como de toda a coletividade (SCHWARCZ, 1993, p. 240).

As premissas baseadas na eugenia e na ideia de uma raça em termos biológicos, cunhada no século XIX, e que definia os homens brancos como superiores, foi ferida tanto pelos debates a propósito das teorias raciais, como pela entrada e a permanência dos negros da

---

<sup>7</sup> Ver mais sobre o assunto em: RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INEP, 1976.

diáspora e os africanos, ainda que sob a doutrina da assimilação, na mesma sociedade civilizada (GILROY, 2001).

Em um país onde as diferenças subordinaram-se ao teto político do Estado-Nação, ser negro vai contra o desejo de unidade em uma identidade cultural única nacional (HALL, 2004). Também, a cultura nacional não é apenas um ponto de lealdade, união e identificação simbólica.<sup>8</sup> Ela é também uma estrutura de poder cultural, uma vez que, sob a égide da unificação dos povos, a maioria das nações resulta da unificação sob forma violenta das diversas culturas existentes, pela supressão forçada da diferença cultural (HALL, 2004).

Tendo em vista que toda pesquisa histórica está articulada a um lugar de produção, há que se demarcar o lugar do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - IHGB implicando assim em um meio de elaboração baseado em determinações próprias. Sendo assim, a história está submetida a imposições e parte de uma particularidade. E é a partir desse lugar que se instauram métodos e interesses. Nesse sentido, a criação do instituto em 1838, foi responsável pela construção da história da nação, marcada por um saber de cunho oficial e de “exaltação e glória da pátria”, utilizando símbolos, monumentos, medalhas e hinos, como ressalta Schwarcz (1993).

De acordo com Michel de Certeau (1982), antes de saber o que a História diz sobre uma sociedade há que se pensar como funciona dentro dela. Se por um lado, a pesquisa histórica surge em função de conjunturas e problemáticas comuns, por outro lado, ela exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado, representando uma espécie de censura com relação aos postulados sociais, econômicos ou políticos na análise. Esta combinação entre permissão e proibição é o ponto cego da pesquisa histórica. E é a partir dessa combinação que age o trabalho destinado a modificá-la.

A produção do conhecimento histórico pelo IHGB, especialmente para o recorte desta proposta, também foi marcada pelo debate em torno da questão racial na formação do Brasil tão presente no século XIX. O negro era visto sob uma visão determinista e fatalista quanto à sua impossibilidade de integração na sociedade mesmo após a abolição. No final do século XIX, numa sociedade pós-abolição, o negro foi analisado sob a perspectiva eugênica, ainda que esse projeto não fosse oficial no Estado. As teorias raciais eram reforçadas com concepções positivistas e evolucionistas. A partir delas, os estados e instituições como o

---

<sup>8</sup>Ver mais em: HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

IGHB defendem a imigração de europeus brancos e “civilizados” como fator importante de civilização da nossa sociedade (PINA, 2009).

Já a trajetória da sociedade brasileira nesse processo de constituição de nação foi explicada a partir da presença de três raças que tiveram papéis hierárquicos diferentes na formação do Brasil. Assim, o ensino de história do Brasil naquele momento foi marcado pela influência francesa e tinha a preocupação de expressar as ideias de nação e de cidadão embasadas na identidade comum dos seus variados grupos étnicos e classes sociais constitutivos da nacionalidade brasileira (NADAI, 1993).

No decorrer da produção intelectual, durante a década de 1930, destacou-se a formulação do mito da *democracia racial* de Gilberto Freyre baseando-se na ideia da nação brasileira ser desprovida de preconceito. Difundiu-se assim que não haveria no Brasil nenhuma forma de distinção entre negros e brancos. Logo, forjou-se uma unidade nacional a partir da distorção da realidade das relações raciais no Brasil.

Além do IHGB enquanto principal responsável pela construção da História do Brasil nesse período, o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro teve um papel fundamental para a criação de “uma série de valores dentre os quais o culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e também ao trabalho” (GOMES, 1982, p. 152). Com efeito, o Colégio Pedro II era o único estabelecimento de ensino autorizado a realizar exames parcelados para conferir grau de bacharel, indispensável para o acesso ao curso de nível superior (SCHWARCS, 1993). Tal posição no sistema escolar, legitimava o educandário como referência de colégio e de ensino, direcionando as demais instituições de ensino secundário, assim como o Ginásio da Bahia, a elaborarem seus currículos em consonância daquele. Formando gerações, inicialmente ligadas às elites baianas, o Ginásio posteriormente se abriu às classes mais populares.

Até a década de 1940, o Ginásio era a única instituição pública de ensino secundário na Bahia. Em meados dessa mesma década, no bojo das reformas educacionais implantadas por Anísio Teixeira, então Secretário de Educação e Saúde Pública da Bahia, as vagas do Ginásio foram ampliadas, com a criação de outras unidades, que funcionaram em diferentes bairros de Salvador. Nesse mesmo período, passa a ser chamado de Ginásio Central. Posteriormente, com o desmembramento das unidades anexas, passa a denominar-se Colégio Central da Bahia, deixando de ser o único colégio secundário público da Bahia (PINA, 2009, p. 95).

O projeto de modernização a ser implementado com a Primeira República encarava, na verdade, as heranças de uma sociedade imperial: patriarcal, aristocrata e hierarquizada,

além de desigual. A efetividade desse projeto na Bahia encontrava desigualdades sociais e étnicas.

Compreende-se assim que os manuais de História do Brasil foram importantes para forjar uma representação de identidade nacional única, homogênea e sem contradição, que escamoteava a realidade contraditória e desigual instalada no Brasil desde os primórdios da colonização. Nesse sentido, há que demarcar o conceito de representação utilizado por Certeau

A representação – mise en scène literária - não é histórica senão quando articulada com um lugar social da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a uma prática do desvio; com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos (CERTEAU, 1982, p. 88).

Há uma relação entre o texto e seu uso. O que se precisa entender é que a apropriação depende dos recursos (que são desiguais) disponíveis aos indivíduos de acordo com suas condições econômicas e sociais. Não há relato histórico onde não haja relação com um corpo social e com uma instituição de saber. Aí deverá existir ainda a representação segundo Certeau.

Há que se pensar ainda que o significado de um texto depende da forma e do meio no qual o texto é recebido pelos leitores. Isso remete a pensar sobre o público para o qual os primeiros manuais didáticos, aqui analisados, foram destinados e para quem os autores escreviam naquele contexto. Dialogando com Certeau, Roger Chartier (1991) dirá que é preciso lembrar que, além da semântica de um texto, há que se considerar suas formas, pois elas produzem sentido. Também é preciso considerar que a leitura é sempre uma prática ligada a gestos, espaços e hábitos. Dentre as maneiras que regulam as práticas de leitura, há que se pensar ainda os leitores que não dispõem dos mesmos utensílios intelectuais.

### **João Ribeiro e Rocha Pombo: intelectualidade, produção e obra**

Acerca dos diferentes enfoques e abordagens sobre o livro didático, a perspectiva da História Cultural o considera um artefato cultural enquanto produto simbólico e reproduzidor de subjetividades. A visão culturalista ressalta o processo de construção cultural do livro didático e sua circulação no espaço escolar.

Objetivando assim responder à principal questão norteadora desta pesquisa, as análises de *História do Brasil* de João Ribeiro (1914) e *História do Brasil* de Rocha Pombo (1925)

encontram-se disponibilizadas em formato digital no Laboratório de ensino e material didático de História da LEMAD – USP. A opção pelos manuais, se alicerça na observação de que as obras didáticas são importantes meios de divulgação de valores, conceitos e imagens para as gerações futuras assim como não são isentas de valores e concepções do período no qual foram elaboradas.

Segundo Hebe Mattos, os livros didáticos são “lugar privilegiado para pensar as interseções entre história e memória” (MATTOS, 2007, p. 215), pois neles constam “tanto as pressões sociais e conflitos políticos que informam as reconfigurações da memória” quanto “a influência da historiografia erudita da época analisada” (ibdem).

Desta forma, os manuais são analisados levando-se em consideração o contexto social e político nos quais foram produzidos assim como suas relações com os espaços institucionais em que foram utilizados. Acredita-se que essa análise realizada no período supracitado contribua para ampliar a reflexão sobre a produção didática na contemporaneidade e sua relação com o ensino de História do Brasil.

A análise minuciosa de cada obra também visa a tentativa de “leitura” da ideologia implícita nas mensagens transmitidas através dos estereótipos contidos nos textos e ilustrações bem como as mudanças e permanências desse discurso ao longo das novas edições.

Para a análise dos manuais, levou-se em conta a articulação entre os autores e o contexto nos quais estavam inseridos na conjuntura nacional. Desta forma, a análise de conteúdo dos manuais foi conduzida percebendo a totalidade histórica na qual o objeto esteve inserido, assim como o movimento entre produção (autor) e difusão da obra (educação pública). Nota-se que os negros, africanos e afro-brasileiros são citados em três momentos nos manuais, não necessariamente nessa ordem: na formação do povo brasileiro, na economia açucareira e aurífera e, por fim, no processo entre escravidão e abolição. Em suma, são retratados como passivos na história brasileira, sem que nenhuma personalidade em especial seja citada, exceto Zumbi dos Palmares mencionado por João Ribeiro, apenas.

A primeira obra analisada é *História do Brasil* de João Ribeiro<sup>9</sup> de 1914, voltada para o curso superior e adotada no antigo Ginásio Nacional, atual Colégio Pedro II, com 550

---

<sup>9</sup> Em 1887 João Ribeiro passou a dar aula no Colégio Pedro II, quando fez concurso para cadeira de Português. Em 1890, foi nomeado professor de História Universal e do Brasil. Como parte dessa experiência como

páginas, em sua 5ª edição, voltada para o curso superior. João Ribeiro foi professor da cadeira de História Universal no Colégio Pedro II e se diplomou Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1894. Como geralmente acontecia com os autores-professores daquela época, João Ribeiro escreveu seus livros didáticos<sup>10</sup> enquanto atuava como catedrático no Colégio Pedro II, confirmando essa fase dos livros didáticos, em fins do século XIX, em que se valorizava a experiência no magistério para um melhor reconhecimento da obra.

João Ribeiro dialogava com o modelo de Von Martius, além das concepções antropológicas em voga no Brasil por meio da perspectiva cultural, embora também tivesse contato com o historicismo alemão. Assim, dividiu e classificou as três raças existentes no Brasil: branco português, negro e índio. No capítulo 4, em “As três raças. A sociedade”, o autor fala sobre a obra da civilização deturpada pelo conflito de raças, disfarçado em democracia,

[...] fruto antes da luxúria que da piedade dos peninsulares. Desde o primeiro momento, o branco, o índio e o negro se confundem. O contacto das raças inferiores com as que são mais cultas quase sempre desmoraliza e deprava a umas e outras. Principalmente, porém, deprava as inferiores pela opressão que sofrem, sem que este seja o pior dos contágios que vem a suportar (RIBEIRO, 1914, p. 111).

A tardia inserção do negro africano como elemento na formação do povo, após a abolição, deu lugar à teoria da miscigenação. Ao lado desta, estaria a passividade, a ausência do espírito revoltoso e aptidão ao trabalho.

É claro que negros e índios, não poderiam ser senão a ocasião de desdém e de ódios que gera o escárnio dos superiores. A mulher de raça inferior não consegue ser dignificada nem mesmo depois de formada a raça mestiça. O próprio governo considerou por vezes uma infâmia o casamento promíscuo de brancos e negros (RIBEIRO, 1914, p. 112).

Cabe lembrar que, na década de 1930, o mito da democracia racial passaria a situar o *outro* em um campo de representações ideológicas estabelecendo assim novas perspectivas sobre a idéia de nação nos manuais didáticos. Contudo, essa discussão será abordada em outros trabalhos que privilegiem um recorte temporal à frente do apresentado neste trabalho.

---

professor de História, escreveu seu livro que além do Colégio Pedro II, também fosse utilizado por outras instituições escolares, como o Ginásio da Bahia.

<sup>10</sup> Seu primeiro livro, “História do Brasil”, publicado pela Francisco Alves em 1900, não foi somente um marco no que diz respeito às inovações pedagógicas. Sendo reeditado até a década de 60, o que pode refletir o sucesso de sua aceitação. Além da obra já citada, João Ribeiro foi autor dos seguintes livros escolares: “História Antiga (Oriente e Grécia)”, em 1892; “História universal”, em 1918 e História da Civilização, em 1932.

A segunda obra analisada é de José Francisco da Rocha Pombo, *História do Brasil*, escrita em 1918, mas publicada em 1925, com o objetivo de ser utilizado nas aulas dos dois últimos anos do curso secundário e, também, para servir de material de consulta para professores do ensino primário e do ginásio. Foi o segundo compêndio do autor e ainda mais completo. Seguindo o modelo da maioria dos autores de livros didáticos de seu tempo, ele atuava como professor no Colégio Pedro II e na Escola Normal e era sócio do IHGB. Porém, Rocha Pombo era adepto de uma concepção historiográfica pouco difundida nos livros escolares, a qual buscava se opor à influência da ideologia da civilização. Ele rejeitava a narrativa histórica que exaltava a dominação européia sobre os povos americanos, que deveriam, agora na concepção de Rocha Pombo, serem valorizados a partir de um maior aprofundamento nos estudos de sua história.

Em prefácio intitulado “Esta pequena história”, Rocha Pombo afirma que é necessário criar o gosto pela nossa história, pois sem ela não haverá esforço que levante o nosso espírito de povo. Essa fala revela o espírito republicano empenhado em construir símbolos patrióticos, além de uma identidade brasileira presente principalmente entre os intelectuais da época.

Em *História do Brasil* para o ensino secundário, o autor afirma seguir a orientação estabelecida para Nossa Pátria: “É necessário criar entre nós, antes de tudo, o gosto pela nossa história – sem o que, não haverá esforço que levante o nosso espírito de povo” (ROCHA POMBO, 1925, p. 3). Era necessário mostrar como a história brasileira é bela, e como a pátria, feita, defendida e honrada pelos nossos maiores, é digna do nosso culto. Em outras palavras, o manual objetivava emergir o sentimento patriótico entre os alunos do ensino secundário da época.

Em seguida, para exaltar a construção desse espírito de povo, Rocha Pombo fala que para isso, há que se aliviar a massa dos fatos o contexto histórico, de forma que os fatos sejam narrados esclarecendo a consciência, infundindo sentimento e poupando a memória. Aqui, vê-se um a referência ao historicismo no sentido de narrar os fatos. Ao prosseguir com sua defesa, o autor fala sobre a beleza e o culto à pátria e de como ela deve ser honrada com os seus maiores, numa clara referência aos heróis da pátria. Por fim, fala sobre renovar a bibliografia das escolas e os lares julgando que este seja o esforço fundamental no sentido de levantar a alma da pátria. No que se refere a idéia de povo brasileiro, Rocha Pombo afirma que

[...] o que se fez no Brasil não foi mais que um amálgama dos elementos mais degradados das três raças: – o índio, submetido pela força; o africano, rebaixado até a animalidade; – e o europeu, que vinha dos presídios, ou que se transportava para a América tangido de cobiça (ROCHA POMBO, 1925, p. 66).

Rocha Pombo descreve o caráter do povo brasileiro atento às discussões e polêmicas quanto à formação da nação ao dizer que os resquícios da escravidão ainda faziam parte da história brasileira. Como, sua obra foi escrita nos primeiros anos da Primeira República, ele dizia ser necessário enfrentar esse passado e procurar formas de encaminhamento sobre os problemas sociais decorrentes desse processo histórico ou omitir e deixar silenciado seu passado.

Os africanos, na obra, surgem como tema no capítulo dedicado aos protestos por meio dos quilombos e a abolição: “o africano, cuja natureza moral parecia como que estremecer e agitar-se nas vicissitudes da escravidão, deu no Brasil, como em quase toda a América, frequentes provas do grande vigor humano que trazia lá das suas misérias do continente negro” (ROCHA POMBO, 1925, p. 156). Contudo, Rocha Pombo não chega a mencionar Zumbi dos Palmares. Em suma, são mencionadas as manifestações pela liberdade dos negros e a Lei Áurea é retratada como desfecho de uma longa crise.

### **Considerações finais**

Os dois manuais didáticos aqui analisados, embora façam parte de um mesmo contexto histórico, possuem concepções e abordagens diferentes influenciadas por intelectuais de distintas correntes da época, a exemplo da hegemonia francesa no IHGB e, posteriormente, o contato com o historicismo alemão. Os dois autores lecionaram História do Brasil em importantes instituições de ensino da época e escreveram seus livros nesse contexto de transformação sociopolítica, econômica e cultural participando ativamente da vida intelectual brasileira por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB do Rio de Janeiro e da Bahia. Sendo assim, todos trazem alusão a princípios do IHGB com o objetivo de compor uma história nacional para um país carente de delimitações não apenas territoriais (SCHWARCZ, 1993).

A articulação entre as fontes e as referências bibliográficas evidencia a forma como a nacionalidade estava presente na representação sobre o povo brasileiro, com ênfase em sua característica étnica e cultural. Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, verifica-se até

aqui a presença do elemento negro como fator explicativo para a inferioridade racial. Embora se saiba que essa teoria foi desmistificada, há que se pensar na repercussão desse pensamento uma vez que os manuais foram reeditados até a década de 1960, influenciando gerações e perpetuando perspectivas racistas. O ensino de história deveria refletir os anseios da nova ordem republicana assim como do projeto de nação a ser instituído naquele período. Por meio da educação, difundiu-se e perpetuou-se durante décadas um pensamento excludente e homogeneizador de povo e raça.

### **Fontes**

RIBEIRO, João. **História do Brasil** (curso superior). 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1914.

ROCHA POMBO. **História do Brasil para o ensino secundário**. 19ª ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1925.

### **Referências bibliográficas**

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: A escrita da História. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Revista Estudos avançados. Vol. 5, n.11. São Paulo, jan/abr, pp. 1505-1520, 1991.

CHOPPIN, A. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa. Vol. 30, n. 3. São Paulo, set/dez, pp. 549-566, 2004.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. 1ª ed. 34ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34. Centro de Estudos afro-asiáticos/ UCAM, 2001.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A construção do homem novo**. In: OLIVEIRA, Lúcia L.; VELLOSO, Mônica P.; GOMES, Ângela M. C. Estado Novo: Ideologia e Poder, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução de Thomaz Tadeu e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década de abolição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MATTOS, Hebe. **O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros**. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.) *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

MATTOS, Hebe. **A vida política**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

NADAI, Elza. **O ensino da história no Brasil: trajetória e perspectiva**. *Revista Brasileira de História: memória, história, historiografia*. Dossiê ensino de história, nº. 25/26. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 1993.

PINA, Maria Cristina Dantas. **A escravidão no livro didático de história do Brasil: dois autores exemplares, 1890-1930**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

REIS, Maria Luisa. **A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937)**. Dissertação (Mestrado em História) — FFCH, UFBA. Salvador, 2000.

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INEP, 1976.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questões raciais no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1993.